

O Cartel Oligárquico



Por FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA*

A política congressual opera por duas lógicas entrelaçadas: o poder paroquial, que transforma o orçamento em moeda de troca eleitoral, e o poder familiar, que trata o mandato como herança. Juntas, elas formam um cartel blindado que converte o Estado em patrimônio privado, esvaziando a democracia real

1.

Em uma narrativa crítica a respeito da política congressual brasileira, o ponto de partida é perceber as duas lógicas organizadoras do seu poder. A vida política de grande parte do Legislativo brasileiro não se orienta por programas, ideologias ou projetos nacionais. Ela se estrutura em duas lógicas de reprodução de mandatos.

Primeira é a *lógica paroquial*, marcada pelo paternalismo (o deputado como “pai dos pobres” da sua região), pelo localismo (atuação voltada apenas ao seu reduto eleitoral) e pelas emendas parlamentares secretas. Funcionam como moeda de troca para fidelizar prefeitos, vereadores e cabos eleitorais.

A segunda é a *lógica familiar* ao tratar o mandato como patrimônio privado. Assim, a política é transmitida por herança (de pais para filhos, irmãos, esposas), organizada pelo respeito hierárquico interno ao clã e usada como meio de enriquecimento cumulativo, tanto direto (salários, verbas indenizatórias), quanto indireto (contratos e negócios favorecidos).

No Congresso Nacional se faz a interação entre as duas lógicas. Essas lógicas não caminham separadas. Elas se alimentam mutuamente.

O feudo orçamentário, garantido pelas emendas secretas, fornece recursos, obras e favores para beneficiar a base eleitoral local. A dinastia familiar, por sua vez, garante os votos desse feudo não serem perdidos, passando de geração em geração dentro do mesmo clã.

2.

Dessa interação nasce um *cartel oligárquico fechado*, uma espécie de condomínio privado da política. Quem já está dentro se protege e quem está fora dificilmente consegue entrar.

As consequências institucionais são graves. Uma vez consolidado o cartel, as consequências para o sistema político democrático são danosas.

Primeiro, há criação de *blindagens legais* como foro privilegiado, PECs como a da Bandidagem, voto secreto nas deliberações etc. Depois, surgem barreiras de entrada, para novos atores políticos, porque não têm acesso nem aos

a terra é redonda

recursos nem às redes locais.

Com isso há *erosão da representatividade nacional*. O Congresso é visto como um parlamento dominado por bancadas conservadoras do chamado “Centrão”, agora aliado à extrema-direita, com ideologia oposta ao governo eleito para o Poder Executivo. Com seu fisiologismo, deixa de debater projetos para o país e passa a ser uma soma de feudos locais em disputas de parcelas do orçamento.

Assistimos os efeitos da captura do Legislativo por *redes privadas de interesse*, em detrimento da esfera pública. A maioria quer sabotar o Poder Executivo e desobedecer às decisões do Poder Judiciário, ou seja, à Constituição brasileira.

As consequências políticas, sociais e econômicas são graves. Desrespeita a democracia pela falta de representatividade da maioria popular. No plano social, isso se traduz em um quadro de desigualdade e fragmentação.

Com a distribuição desigual de recursos, os municípios com padrinho político são contemplados. Os demais ficam estruturalmente à margem.

Nesse clientelismo estrutural, a cidadania universal é substituída pela *lógica da vassalagem*. O cidadão é tratado como cliente de favores, e não como titular de direitos.

Predomina a estagnação política. A ausência de renovação impede inovações institucionais ou de florescerem novas lideranças. Nessa assimetria de cidadania, o acesso ao Estado depende do pertencimento a uma rede de favores familiares e paroquiais.

Quando somamos todos esses níveis, o resultado sistêmico não é democrático. Democracia é um sistema de governo no qual o poder do Estado é investido em sua população em geral.

O voto existe não para renovar a representação popular, mas apenas para ratificar os arranjos familiares e paroquiais. O orçamento público existe, mas é privatizado em benefício de redutos eleitorais e clãs políticos. A lei existe, mas é moldada para blindar os próprios legisladores contra qualquer punição.

A política congressual brasileira, portanto, é uma democracia oligárquica de fachada: ela é *formalmente democrática* - porque há eleições regulares, Congresso funcionando, Constituição em vigor -, mas é *materialmente oligárquica* com o Estado capturado por dinastias locais atuantes em nome próprio e não da coletividade.

Esse comportamento político, centrado exclusivamente na perpetuação dos mandatos e no enriquecimento dos clãs, não é um “desvio” ou “anomalia”, mas sim um mecanismo estrutural de reprodução do poder no Brasil. Os eleitores brasileiros necessitam compreender por qual razão as reformas políticas superficiais não bastam: sem votarem em candidatos, para o Congresso Nacional, dispostos a romper a lógica paroquial e a lógica familiar, a democracia continuará sendo apenas o invólucro formal de um sistema oligárquico.

O eleitorado, na próxima eleição, tem de enfrentar o tema da reprodução oligárquica do poder político no Brasil. Chega dessa casta oligárquica da gravata, conservadora do paroquialismo, das dinastias e da democracia de fachada!

Na campanha eleitoral, os formadores de opinião pública têm de atuar para dar a entender como funcionam as lógicas paroquial e familiar na política brasileira. Analisar o papel das emendas parlamentares secretas na reprodução do poder. Discutir as consequências institucionais e sociais desse modelo oligárquico. Estimular reflexão crítica sobre a qualidade da democracia no Brasil.

O voto, por si só, garante *democracia substantiva*? Ou pode apenas reproduzir velhas estruturas de poder?

a terra é redonda

3.

Temos de fazer a crítica à política não como espaço de projetos nacionais, mas como negócio privado de clãs e feudos locais.

Essa lógica paroquial define a política como fosse composta de feudos eleitorais. Exemplos disso são o paternalismo (“o deputado trouxe a ponte”), o localismo, as emendas secretas. A consequência é a fragmentação e desigualdade regional.

A lógica familiar define a política como herança patrimonial. As dinastias políticas são clãs regionais capazes de se perpetuarem no poder. Um exemplo prático assustador é o clã Capachonaro, composto de golpistas e traidores da pátria. Em consequência, o Estado é convertido em capital privado e transmissível.

A interação das duas lógicas mostra como os feudos locais alimentam as dinastias familiares e como as dinastias garantem a continuidade dos feudos. O resultado é um cartel oligárquico fechado e blindado.

Os eleitores devem enfrentar as questões-chave. Qual é o impacto das emendas secretas na relação entre representante e representado? Como distinguir “representatividade local legítima” de “paroquialismo clientelista”? Em qual medida o “respeito às tradições familiares” pode coexistir com a ideia de democracia moderna? Por qual razão há uma “democracia de fachada” no Brasil??

Esse ciclo de reprodução oligárquica se baseia nos princípios: voto legitima, mas não renova; orçamento existe, mas é privatizado; lei existe, mas é refeita para blindagem. Há uma contradição entre as formas democráticas e o conteúdo oligárquico. Como a lógica paroquial e a lógica familiar limitam a democracia brasileira contemporânea, o problema não é apenas de “maus políticos”, mas de estruturas de reprodução de poder. Elas se perpetuam sob roupagem democrática.

***Fernando Nogueira da Costa** é professor titular do Instituto de Economia da Unicamp. Autor, entre outros livros, de Brasil dos bancos (EDUSP). [<https://amzn.to/4dvKtBb>]

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

CONTRIBUA